

“A CIDADE NÃO PÁRA, A CIDADE SÓ CRESCE”¹: O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

“THE CITY DOES NOT STOP, THE CITY ONLY GROW”: ECONOMIC GROWTH AND SPATIAL SEGREGATION

Kelly Regina Santos da SILVA²
Edvânia Tôres Aguiar GOMES³

RESUMO

O presente artigo traz à baila alguns elementos no campo de debate no que diz respeito ao momento histórico atual do espaço do Pina em Recife-Pernambuco, o qual tem vivenciado um cotidiano de especulação imobiliária em decorrência da construção do empreendimento comercial Shopping RioMar. Serão considerados os conceitos de: *gentrificação*, ideologia, sistema-mundo moderno-colonial e mecanismos de dispersão, no intuito de compreender quais os desafios colocados por este contexto atual à prática educativa e política da participação social, a fim de promover de fato um envolvimento e não um des-envolvimento social. Parte-se da hipótese de que as relações capitalistas no espaço transformando-o em mercadoria, têm fortalecido ainda mais a lógica de uma cidade marcada pela segregação socioespacial, uma vez que as formas de acesso à terra continuam alicerçadas em velhas práticas, contudo, revestidas de novos arranjos e discursos. A metodologia utilizada para a elaboração desse artigo foi a técnica da revisão bibliográfica sobre os processos de uso e ocupação do solo, da histórica transformação da terra como mercadoria através de uma colonialidade do poder, bem como sobre participação social e seus desafios.

Palavras-chaves: Crescimento Econômico; Gentrificação; Segregação Socioespacial.

RESUMEN

El presente artículo trae a colación algunos elementos en el campo del debate sobre el momento histórico actual en el espacio de Pina, en Recife - Pernambuco, el cual ha experimentado una especulación inmobiliaria diaria debido a la construcción del Centro Comercial RioMar. Serán considerados los conceptos de: *gentrificación*, ideología, sistema-mundo, moderno-colonial y mecanismos de dispersión, con el fin de entender cuáles son los desafíos colocados por este contexto actual a la práctica educativa y política de la participación social, con el fin de promover, en la práctica, la participación y no una des-participación social. Se parte de la hipótesis que las relaciones capitalistas en el espacio transformándolo en mercancía, han fortalecido aún más la lógica de una ciudad marcada por la segregación socio-espacial, ya que las formas de acceso a la tierra siguen estando basadas en viejas prácticas, sin embargo, renovadas por nuevos acuerdos y discursos. La

¹ Fragmento da música *A cidade*, composta por Chico Science.

² Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE)

³ Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE)

metodología utilizada para la elaboración de este artículo fue la de Técnica de Revisión Bibliográfica sobre los procesos de uso y ocupación del suelo, transformación histórica de la tierra en mercancía, através de una colonialidad del poder, como también, sobre participación social y sus desafíos.

Palabras clave: Crecimiento económico; *Gentrificación*; Segregación socio-espacial

1. O QUE SE DIZ E O QUE SE QUER DIZER

Antes de apresentar o contexto da localidade estudada, é pertinente ressaltar algumas reflexões sobre os termos utilizados para identificar e definir os espaços e territórios urbanos em disputa. À luz do pensamento de Souza (2012), resalta-se a importância da reflexão sistemática sobre o que se diz e o que se quer dizer ao utilizar determinadas categorias, a exemplo de: Bairro, Comunidade, Periferia, Região Político Administrativa⁴.

Isso por que, as palavras demandam cuidado quando usadas, posto que longe de serem meras palavras, possuem significados socio-político-histórico e econômico que já demonstram relações de poder estabelecidas pela linguagem, ou melhor, pelo lugar de fala de cada pessoa e/ou grupos sociais.

Por se tratar de um estudo sobre a espacialidade social, pretende-se ter o cuidado de não cair na tendência da mera "visão de sobrevoo"⁵, que consiste no olhar distanciado sobre as diversas realidades, passando ao largo de uma real aproximação e envolvimento. Desse modo, os termos adotados a partir do não envolvimento são, em certa medida, autoritários e descontextualizados. Corroborando com o mesmo autor, não se trata de adotar os diversos "hábitos terminológicos" cotidianos, contudo, não se pode perder de vista "[...] a complexidade de interesses envolvida na disputa simbólica em torno de determinadas palavras [...]" (SOUZA, 2012, p. 149).

Isso posto, ao apresentar alguns elementos históricos do Pina, adotar-se-á o conceito de território à luz de Santos e Silveira (2008), compreendendo este como uma extensão apropriada e usada, na qual se situam diversas disputas políticas, onde a vida acontece, se inventa, se reinventa, se afirma e se nega, a partir da qual, diversas territorialidades são constituídas. Sendo assim, faz-se pertinente um esforço de análise

⁴ Sugestão de leitura: BITOUN, Jan. *Territórios do Diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa do Recife (Brasil)*. In: Revista de Geografia. Vol. 16, n. 2, jan/dez. 2000. Recife: UFPE/CFCH/DCG/NAPA, 2000. p. 41-54.

⁵ Para maior aprofundamento, ler: A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano, escrito por Marcelo Lopes de Souza.

sistemática sobre a constituição, os modos de organização e os principais agentes produtores do espaço. O território não é simplesmente um dado físico. Por este motivo,

[...] partimos em busca de uma compreensão do território também como um agente produtor de subjetividades, de simbolismos, ou seja, de um lugar no qual o homem estabeleça vínculos, heranças, construa sua história, suas representações e relações de pertencimento. (SILVA, 2012).

A partir dessa compreensão, aposta-se ser possível evitar os equívocos e sentidos comuns amplamente fortalecidos e geradores de confusões de sentidos, tendo em vista que, ao longo da história das cidades muitas foram as denominações utilizadas para definir os espaços empobrecidos, a exemplo do que ocorreu no Pina, bairro localizado na zona sul da cidade.

2. PINA: TERRITÓRIO HISTORICAMENTE EM DISPUTA

O Pina (Figura 1), originalmente era uma ilha cercada por rios e riachos que, ao longo do processo de colonização, foi um dos primeiros pontos a ser ocupado com construções daquele período. Que construíram a fazenda com a respectiva Casa Grande, a senzala e o espaço de catequização dos Jesuítas. Ademais, tratava-se de um espaço do tráfico de negras e negros vindos de África, por ser um local de difícil acesso. Com os adventos da invasão holandesa e das lutas e resistência essa área recebeu muita gente. Outros relatos também dão conta de que o Pina servia para abrigar negras e negros que chegavam ao porto do Recife sofrendo de alguma doença, posteriormente.



Figura 1: Vista panorâmica do local de construção do empreendimento Shopping RioMar e da Comunidade do Bode

Fonte: *Google Maps*. Elaboração: Kelly Regina, 2013

Com o advento do fim formal da escravidão, o Pina, assim como outras áreas da cidade, foi ocupado pela população majoritariamente negra, construindo seus territórios formados de mocambos, que sempre foram ampliados para agregar mais pessoas que estavam nas mesmas condições sociais. Contudo, aquele lugar que, antes, servia também, para depositar os dejetos e o lixo, posteriormente passou a ser um lugar desejado para a prática de lazer e cura dos grupos sociais hegemônicos, o que representa um resultado da mudança de paradigma em relação ao uso e ocupação do espaço litorâneo, suscitando as primeiras formas de habitação “nobre” advinda de uma concepção de modernidade urbana.

Nesse momento, muitas foram as pressões e motivações para a construção de pontes e estradas que dessem conta dessa nova demanda burguesa, o que contou com o apoio do poder público para realizá-la⁶. Contudo a população invisível ao poder público, em nada era beneficiada, muito pelo contrário, continuaria perto do “esgoto da cidade”. A partir do séc. XX, essa área passa por um processo de modificação sob a ideologia da modernização que veremos mais detalhadamente no decorrer do trabalho, sendo assim as grandes construções urbanas nesse período fortaleceram a segregação socioespacial, a urbanização da orla e as construções de grandes vias ao redor dos territórios pobres.

Vale ressaltar que, ao longo da história de constituição desses territórios, muitos foram e ainda são os espaços de resistência daquelas populações, sendo estes até hoje

⁶ Muito embora, posteriormente a rede de esgotamento sanitário do Recife, elegeu a praia do Pina como local de escoamento dos dejetos.

compreendidos como espaços de lutas políticas e culturais. Por isso existem muitas organizações da sociedade civil e grupos comunitários que atuam nas lutas por melhores condições de existência da população, às vezes, contra formas de intervenção do mercado imobiliário e comercial.

3. FORÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NA DEFINIÇÃO DO ESPAÇO URBANO

É muito comum no contexto de conflitos e disputas, encontrar questões voltadas ao campo da existência humana, ou seja, o estar-no-mundo já nos coloca em determinadas disputas pela própria singularidade do Ser que tem de dialogar com outros mundos para poder significar a própria existência, como nos lembra Carlos Drummond de Andrade: “Ninguém é igual a ninguém. Todo ser humano é um estranho ímpar.” Muito embora essa seja uma reflexão sobre os conflitos subjetivos e de relação, abordaremos aqui uma disputa histórica e complexa.

Trata-se da lógica capitalista que, desde sempre, foi a raiz dos conflitos, especialmente no que concerne à relação sociedade-natureza e à hegemonia do poder econômico na definição dos espaços urbanos, no sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012). E isso, tendo em vista que a expansão do capitalismo reveste-se de uma aura civilizatória, e que não se pode esquecer que, juntamente com o processo de modernização, também se deu o de colonização, correspondendo a um padrão de poder alicerçado na imposição de um modo de vida (o capitalista), promovendo ecocídio, etnocídio e epistemicídio.

Um dos desafios aqui levantados diz respeito à transformação socioespacial do Pina, a qual em muito se assemelha, também a processos de gentrificação, encontrado nas reflexões de Otília Arantes (2002), referente ao retorno burguês à localização central das cidades. O que, tem “[...] o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades.” Tornando certos espaços urbanos aburguesados e afastando os grupos sociais empobrecidos do entorno. São projetos que, pelas forças ideológicas, fabricam consensos e aparecem como salvação do que outrora enfeavam a cidade: “[...] o que importa nisto tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada [...]” (ARANTES, 2002. p. 31).

No que concerne aos principais protagonistas desse processo, podemos considerar que suas ações acontecem no âmbito da relação Estado e mercado, tendo que: “O Estado

capitalista é uma relação social” (SOUSA SANTOS, 2008, p, 24), e como tal, faz parte do processo de dominação e acumulação capitalista, muito embora se afirme exterior a ele. Desse modo, o Estado, a partir de suas articulações, perpetua o modo de produção capitalista o qual possui como principal elemento as relações de exploração, “enquanto extração da mais-valia através da propriedade não socializada dos meios de produção e do uso da força do trabalho apropriada no mercado mediante contrato entre cidadãos juridicamente livres” (Ibidem).

Consequentemente, aponta-se a diferenciação socioespacial como algo historicamente construído, sendo uma das implicações da divisão social e territorial do trabalho. Nesse sentido, concordando com Sposito, “Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho” (SPOSITO, 2012, p. 124). Em outras palavras, segundo Santos e Silveira (2008, p. 21), “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine a cada momento a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”.

Não se trata apenas de uma divisão entre campo e cidade pois, ao longo da história da urbanização, as ocupações e os usos do solo foram definindo e tornado complexa as divisões socioespaciais e em cada cidade essas divisões se realizam de forma diferente, tendo em vista que o processo de urbanização se deu em ritmos e formas diversas, resultando em formações socioespaciais não só diferentes, mas, desiguais. Nesse sentido,

O desenvolvimento do modo capitalista de produção engendrou um sistema-mundo em que a realização da vida econômica passou a se dar em escalas progressivamente mais abrangentes, tanto em função da ação política de Estados, de organismos e instituições nacionais e supranacionais, de organizações políticas e sindicatos passou a se estabelecer nas mesmas escalas, seja para apoiar a ação econômica, seja para criticá-la ou tentar resistir a ela. (SPOSITO, 2012, p. 125).

Nessa perspectiva a raiz do conflito aqui analisado concerne às forças do mercado que aumentam em parceria com o poder político do Estado. Desse modo, o mercado, dispondo do poder econômico, é um dos grandes definidores do uso e ocupação do espaço urbano e por outro lado, o Estado aparece como grande dispensor das contradições e tensões provocadas pelo modo de produção capitalista. No mesmo caminho de pensamento, também se concorda com Gohn (2006), quando diz que muitas são as ações realizadas pelo Estado que garantem a adaptação dos Estados Nacionais às determinações do capital internacional, como a permanente relação de subordinação econômica e social, fortalecendo as diversas formas de colonização interna, e compreendendo que o discurso

do crescimento econômico, ora tratado como desenvolvimento, ganha força e legitimidade. Dentro desse contexto:

[...] a ideologia do crescimento entra como uma parte importante nas decisões de investimentos dos poderes públicos. A necessidade sentida por uma equipe governamental de 'preparar o terreno' para a chegada de novas indústrias é, no final, aceito pelo povo como um comportamento inteiramente razoável. Sobretudo porque maior parte das pessoas são tranquilizadas pelos famosos índices de aumento do produto nacional. (SANTOS, 2004, p. 172).

Desse modo, alicerçado na ideologia do crescimento, as tomadas de decisão sobre os rumos da cidade, assim como a terra, continua nas mãos de poucos que tem o poder político e principalmente econômico, fazendo prevalecer a cidade do crescimento e da segregação socioespacial cada vez mais legitimada.

4. CONSENSOS E IDEOLOGIAS

Porto-Gonçalves (2012) aponta que todas essas questões são frutos do sistema-mundo moderno-colonial, “[...] que é um mundo cada vez mais interdependente – sistema-mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 25). Em meio à ideologia do crescimento e à permanência das relações pautadas no ideal de um sistema-mundo moderno-colonial, aponta-se que, as decisões tomadas sobre grandes empreendimentos comerciais e imobiliários, megaeventos, dentre outros, são tomadas por agentes que não fazem parte do contexto vivenciado nos territórios vividos pelas populações empobrecidas.

Desse modo, o que prevalece é uma lógica pautada de fato no sistema-mundo moderno-colonial, cuja imposição de modos de vida, economia, política e conhecimento provocam o des-envolvimento, compreendido também como a perda do envolvimento econômico, cultural, social e ecológico (VIANA, 1999, p. 242). O que fortalece a ideologia da necessidade de mudança e a consequente recusa da localidade em prol de uma globalidade: “Não se deve escapar que essa recusa da escala local e a idealização da escala global diz muito de quem são os protagonistas que fazem essa valorização/desvalorização” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 12).

Como já observado anteriormente, enquanto relação social, o Estado sintetiza por um lado, as contradições geradas pelo modo de produção capitalista e por outro, as lutas

sociais advindas dessas, contudo, no contexto de tensão, o papel desempenhado pelo Estado é o de dispersar as contradições e essas lutas, sendo um processo de fato dialético (SOUSA SANTOS, 2008). São processos que dinamizam e dispersam as tensões, fazendo com que o modo de produção continue o mesmo, não sendo equivocada a tendência em afirmar que o modo de produção capitalista não toma o lugar do Estado, mas, o Estado é um dos protagonistas e facilitador dos interesses dos grupos hegemônicos políticos e econômicos.

Uma vez surgidos, os conflitos são trabalhados individualmente, perdendo o sentido de coletividade e de luta social. “Esta atomização social, permite ao Estado impor uma ordem universal e igualitária, é condição lógica e razão eficaz do acionamento dos mecanismos de dispersão das contradições [...]” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 33). Outras formas de dispersão observadas pelo autor, aqui, destacamos a repolitização controlada, uma vez que o Estado, “abrindo” as portas e criando meios de participação popular, a sociedade sempre estará sob o controle do mesmo, cabendo o desafio de encontrar nesses espaços, marcados em certa medida pelo controle, formas autônomas de ação.

Os processos de participação dentro da lógica de crescimento econômico e dos mecanismos de dispersão, geralmente têm um caráter cosmético e utilitarista (VIANA, 1999, p. 242), servindo muitas vezes para a apropriação dos conhecimentos locais por parte do Estado, bem como para a legitimação do modelo hegemônico do crescimento, que passa a ter seu discurso revestido de participação social.

As formas de apaziguamento das tensões, sejam elas do Estado ou do mercado, a exemplo das fundações e organizações que chegam aos territórios com seus grandes empreendimentos comerciais e/ou empresariais, encontram um campo fértil de atuação e permanência; uma vez que promovem alguns consensos e ideologias, a exemplo da perspectiva de prosperidade, desenvolvimento e globalização que suscitam perspectivas de uma nova vida, com garantias de emprego e mobilidade social.

Tim Jackson (2013)⁷ enfatiza que nesse modelo de crescimento econômico em que estamos encapsulados, caímos em uma ironia, uma vez que “vendemos a prosperidade quase literalmente em termos de dinheiro e crescimento econômico”, porque, no sistema capitalista, tudo se monetiza e se integra ao fluxo de consumo. Nesse sentido, os investimentos realizados são pautados na busca pela novidade, na produção de consumo da novidade que, por sua vez, estimula o crescimento econômico, ou melhor, garante seu pleno funcionamento, por meio da produção e reprodução do “novo”; é uma nova cidade,

⁷ Ver vídeo: Tim Jackson's economic reality check – Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=NZsp_EdO2Xk. Acesso em: 29 de janeiro de 2013.

um novo espaço urbano em contraposição ao antigo, que não representa mais uma cidade próspera.

Todos esses possíveis resultados positivos ganham força e fazem surgir o terreno fértil da espera e da esperança, que só ajuda a manter o modo de produção capitalista em funcionamento, tendo em vista a não concretização dessas promessas ou, no máximo, ações paliativas e apaziguadoras. O que predomina é a crença de que os grandes empreendimentos responderão às necessidades e promoverão uma mudança de *status* territorial, chamando ao culto da revitalização, como se ali não houvesse vida, bem como o culto ao crescimento econômico como “*Deus ex machina* ao qual caberia resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania” (SOUZA, 2003, p. 51).

À luz das reflexões de Maricato (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002), o que predomina no planejamento urbano é a ótica da “modernidade” ou modernismo, resultado da importação dos padrões de planejamento urbano dos países do centro do capitalismo que funcionou na manutenção das discrepâncias sociais, garantindo a chegada da modernidade apenas para uma parte da população. Modelo este que vem funcionando como um instrumento eficaz de dominação, resultando sempre em cidades segregadas, cujo resultado final se expressa em várias cidades, sendo essas oficial, formal, legal ou marginalizada por não representar a modernidade.

Esse processo de modernização das cidades é incompleto e excludente. De um lado, a cidade que garantia a urbanização, o saneamento, a pavimentação, a infraestrutura, a segurança; e por outro lado, há uma cidade precária, sem condições básicas de existência, ressentida da garantia e efetivação do direito à cidade. Desse modo, não seria equivocado dizer que todas as cidades permanecem com suas “Casas Grandes” e suas “Senzalas” contemporâneas, correspondendo a uma situação de exclusão territorial.

Nesse sentido, o dilema do “antigo” e do “novo” têm uma relação intrínseca, ao se tratar de planejamento urbano. Logo de início, observa-se que as localidades periféricas não são categorizadas como modernas, tampouco são encontrados meios de garantir o Direito à Cidade para parte de sua população. Tendo em vista que representam o olhar sobre o que esteticamente é feio e não próspero, evidenciando a necessidade, observada em vários momentos da história, de ocultar as periferias, populações e grupos que não dialogam com os padrões de vida trazidos pelo ideal modernizante de mundo. Na luta dualista, contudo, de tamanha complexidade, o Estado tem seu campo de defesa bem definido, mostrando cada vez mais que não é coletivo, e sim privado, encontrando-se a serviço do mercado, da lógica neoliberal e do capitalismo, fazendo parte de uma grande fábrica de consensos (Ibidem).

Chamamos a atenção, aqui, para o conceito de ideologia, percebida como, “[...] um conjunto de representações socioculturais pelas quais os homens se relacionam com suas condições de existência.” (GARCIA, 2006, p. 24). A ideologia tem um papel fundamental na manutenção dos padrões sociais já estabelecidos, bem como na dominação dos sentidos. No contexto de uma sociedade de mercado, a ideologia garante a disseminação das ideias de esperança, prosperidade, liberdade, igualdade, todas elas associadas à relação de consumo e de acesso. A ideologia da modernização aliada ao elemento da prosperidade proporciona o funcionamento do plano de desenvolvimento meramente econômico da cidade.

Assim, outros processos são percebidos como menos significativos, ou não ganham o peso necessário e capaz de promover a indignação, haja vista que as promessas propostas não chegam, de fato, ao cotidiano da comunidade. Apenas uma face aparece, a da especulação imobiliária silenciosa. Segundo relatos de moradores e moradoras, desde as primeiras notícias sobre o início da construção do empreendimento comercial em foco no Pina – Shopping RioMar –, em 2009, já receberam visita de diversas empresas imobiliárias, demonstrando interesse pela compra de casas. Ainda segundo esses relatos, temos a informação de que algumas delas já foram vendidas por poucos recursos que, de forma alguma, garantirão compra de outro imóvel.

O cotidiano da especulação tem levado moradores e moradoras a pensar na real possibilidade de venda de sua casa, seduzidos por ações compensatórias, muito embora relatos também registram casos de famílias que estão resistindo a esse contexto. A ideologia da modernização e o discurso do novo, traços de uma cultura autoritária, demonstram que o modelo de desenvolvimento em curso é excludente e segregador, privilegia o capital e os interesses de um grupo social de favorecidos, tendo como principais consequências: a pobreza, o desemprego e as disparidades socioespaciais, como afirma Rolnik (2002).

Corroborando com as reflexões de Sposito (2012), nesse contexto não há espaço para as diferenças, “[...] as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço.” E ainda completa a autora: “Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas, quantitativamente desigual” (SPOSITO, 2012, p. 129).

O espaço urbano não pode ser entendido fora da relação de modos de produção, o processo histórico faz entender o momento histórico atual como uma longa caminhada e de fortalecimento do modo de produção capitalista, principalmente pela apropriação e concentração da terra, quanto até hoje se visualiza as desigualdades do acesso à terra e das diversas formas de segregação socioespacial. É o monopólio da terra e a consequente transformação desta em mercadoria, que faz com que se perpetue uma cidade dividida entre quem pode pagar por ela e quem não pode (SOUSA SANTOS, 2008).

O paradigma de consumo instalado no contexto do crescimento econômico percebe tudo à sua volta como potencial mercadoria para suprir as necessidades criadas pelo capital, muito embora as contestações observadas neste paradigma – ética do progresso e da modernização – está a serviço de uma lógica maior, que é a visão capitalista sobre o mundo; é a racionalidade empresarial ditando seu modelo de cidade para todas as pessoas e, conseqüentemente, indicando o lugar que é permitido a determinadas localidades e grupos sociais. Nesse momento, essa racionalidade empresarial, que não se distancia de uma visão instrumental de mundo, promove suas colonizações contemporâneas, ditando também seus padrões estéticos de cidade, a exemplo da excessiva verticalização, vista como a única saída possível, deixando cada vez mais evidente o caráter necessariamente violador do desenvolvimento capitalista.

Chama-se a atenção para o fato de que, nessa lógica capitalista, o espaço urbano é um instrumento de troca entre pares; de um lado, o Estado e do outro o mercado, contudo, essa troca se dá pela necessidade criada de mudança estética e social do espaço. O que traz a lembrança do passado é logo compreendido como ultrapassado, sendo apresentadas opções de substituição ou de inovação local, tornando essa nova cidade, objeto de desejo, uma mercadoria a ser consumida por quem tem o poder do capital para pagar por ela. Constata-se, desse modo, flexibilização e consequente favorecimento à multiplicação de grandes empreendimentos em toda a cidade, legitimando os empreendimentos em localidades compreendidas como periféricas, em relação ao centro da cidade.

5. ALIMENTANDO AS UTOPIAS...

O primeiro desafio aqui colocado concerne à correlação de forças desiguais, sejam elas políticas e econômicas, que desafia qualquer espaço de controle social. De um lado, o Estado e o mercado, assumindo um discurso forte de garantia e direitos, acesso à justiça, de geração de emprego e renda, sustentabilidade ambiental, e do outro, alguns poucos

espaços que estão discutindo esse cenário e os rumos da cidade. Sendo necessário, pensar que, é preciso repensar as formas de atuação frente às estratégias e táticas do mercado em parceria com o Estado.

Outro desafio para alimentar as utopias, a fim de que elas ajudem a pensar em formas de participação social que venham a radicalizar o exercício da democracia, consiste na promoção do real controle social, mudando o quadro de fragilização da atuação política diante do crescimento econômico em curso.

Outro refere-se, segundo Milton Santos, à demanda de atitude política de parte da sociedade que busca a garantia de seus direitos. Trata-se de uma relação dialógica, uma vez que a sociedade civil é entendida como um corpo social formado por pessoas que buscam a garantia de seus direitos frente ao Estado. Desse modo, a cidadania, como processo de luta, tem uma dependência direta com: a) a natureza do Estado e do regime vivenciado; b) o tipo de sociedade estabelecida; c) o grau de indignação da sociedade civil em movimento. Santos (2007, p. 25) chama a atenção para a constituição de uma cidadania que ressalta os diversos fatores que contribuem para a formação de consumidores/usuários, o que só fragiliza a própria ideia de cidadania, dentre eles:

[...] as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante [...], o triunfo ainda superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social.

Sob esse aspecto, não se pode perder de vista o legado das teorias pós-coloniais, que fazem refletir sobre a colonialidade do poder em diversos aspectos, que perduram até hoje, quais sejam: as políticas subordinadas e os modelos de desenvolvimento econômico que respondam a demandas externas e perpetuem as injustiças internas intactas, a partir da concentração do poder político e econômico de parte de alguns, garantindo o acesso e o consumo historicamente excludente, que é refletido pela própria formação socioespacial brasileira, que, no atual contexto, “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2007, p. 59).

É nessa sociedade de consumo que o “milagre econômico” faz com que, por meio da força ideológica, a impressão de inclusão e de crescimento seja maior e muito mais forte do que os resultados concretos e materiais. É o fenômeno ideológico da prosperidade a que nos referimos anteriormente. Diretamente ligada a uma questão existencial, a sociedade de consumo substitui paulatinamente o ser-cidadão pelo ser-de-consumo ou

para-o-consumo, como também afirma Santos (2007, p. 56): "Onde não há cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito", que tem sua realização nos templos de consumo também denominados shoppings.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. B. F. VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GARCIA, M. C. **As mercadorias como objetos de desejo: insanidade capitalista**. São Paulo: Edicon, 2006.
- GOHN, M. G. Políticas públicas e processos de emancipação da globalização econômica na realidade brasileira. In: MILANI, Carlos R. S. (Org.). Dossiê: ordem mundial e contestação política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, p. 537-549, set.-dez. 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- ROLNIK, Raquel. *É possível uma política urbana contra a exclusão?* **Serviço Social e Sociedade**, ano 23, v. 72, p. 53-61, nov. 2002.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2007.
- SANTOS, Milton.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SOUZA, Jessé. *(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?* **Lua Nova**, n. 59, p. 51-73, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/673/67313611003.pdf>>. Acesso em: 28 janeiro de 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In: CARLOS, Ana Fani Alexandri.; SOUZA, Marcelo Lopes de.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. O Estado, o direito e a questão urbana. In: **Invasões Urbanas: conflito de direito de propriedade**. FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; CARLOS, Ana Fani Alessandri.; Souza, Marcelo Lopes de. (Org.). São Paulo: Contexto, 2012.
- VIANA, Virgílio. **Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a21.pdf>> acessado em: 10 de janeiro de 2013.

Artigo recebido em 31/03/2013 e aceito em 30/07/2013